

LUTAS FEMINISTAS E LGBTQ+ PELA DEMOCRACIA NO BRASIL

## Identidade e diversidade no contexto brasileiro: uma análise da parceria entre Estado e movimentos sociais LGBT de 2002 a 2015

*Identity and diversity in the Brazilian context: an analysis of the partnership between State and LGBT social movements from 2002 to 2015*

Jamil Cabral Sierra\*

*Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil*

**RESUMO:** Esse trabalho objetiva estudar os processos de constituição, no cenário brasileiro, da noção de diversidade sexual e de gênero, bem como de que maneira tal noção se associou às políticas identitárias das últimas décadas. Tento, dentro desse quadro analítico, problematizar o que chamo de *parceria* entre Estado e os movimentos sociais, especialmente LGBT, de modo a caracterizar como essa relação tem produzido, ou pelo menos produziu nos últimos 13 anos, ao menos até o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, as formas atuais de governamento dos sujeitos LGBT. Por fim, a partir dos conceitos foucaultianos de governamentalidade e biopolítica, tento analisar algumas políticas públicas promovidas durante esse período, a fim de pensar alguns marcos que instauram no Brasil os reclames de tolerância, sujeito de direito e inclusão e questionar as formas pelas quais têm sido operadas as tecnologias de captura e controle dos corpos, das práticas sexuais e dos prazeres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade. Diversidade. Parceria. Movimentos Sociais. Estado.

**ABSTRACT:** *This paper aims to investigate the constitution of the notion of sexual and gender diversity and how this notion was associated with the identity politics developed in Brazil in the last decades. Within this analytical framework, I try to discuss the partnership established between the Brazilian State and social movements, especially LGBT movement, characterizing how this relationship has produced the current forms of governmentality of the LGBT in the last 13 years (until the impeachment of President Dilma Rousseff). Finally, based on the Foucault's concepts of governmentality and biopolitics and also on the analysis of some public policies developed during this period in Brazil, I try to think about some milestones that have stimulated the claims of tolerance and inclusion. I also examine the ways in which the technologies of capturing and controlling of the LGBT bodies, sexual practices and pleasures.*

**KEYWORDS:** *Identity. Diversity. Partnership. Social Movements. State.*

---

\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR).  
Doutor em Educação pela UFPR. E-mail: [jamilcasi@gmail.com](mailto:jamilcasi@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-2137-7996>

## Introdução

*Veja bem, se a identidade é apenas um jogo, apenas um procedimento para favorecer relações, relações sociais e as relações de prazer sexual que criem novas amizades, então ela é útil. Mas se a identidade se torna o problema mais importante da existência sexual, se as pessoas pensam que elas devem “desvendar” sua “identidade própria” e que esta identidade deva tornar-se a lei, o princípio, o código de sua existência, se a questão que se coloca continuamente é: “Isso está de acordo com minha identidade?”, então eu penso que fizeram um retorno a uma forma de ética muito próxima à da heterossexualidade tradicional (FOUCAULT, 2004, p. 265-266).*

O problema da identidade, ou melhor, a identidade como um problema epistemológico tem sido já amplamente explorado pelas teorizações contemporâneas, especialmente aquelas de vertente pós-estruturalista e que têm questionado, a partir de inúmeros lugares e diferentes olhares, o primado do sujeito identitário, bem como suas conformações e limitações diante, especialmente, das reconfigurações neoliberais das últimas décadas. No Brasil, sob a inspiração de teóricos estrangeiros que já vinham produzindo uma crítica à noção de identidade, especialmente a partir dos Estudos Culturais e Pós-coloniais, destacam-se, especialmente no campo da educação, as traduções e os trabalhos realizados por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro que, no fim dos anos 1990, já apontavam para a necessidade de tomar a identidade como um problema a ser investigado. Hoje, essa crítica aos limites da identidade tem se espalhado por inúmeros campos do conhecimento, bem como tem sido feita a partir de lugares teóricos bastantes dispersos, em grande parte dos casos. Além disso, essa crítica à identidade tem sido associada, por algumas/alguns estudiosas/estudiosos, à crítica a um fenômeno relativamente recente e que, no Brasil, se consolidou nos últimos anos. Falo, aqui, de um ponto de conexão entre a crítica ao primado da *identidade* e a crítica à noção de *diversidade*.

É, pois, essa conexão entre *identidade* e *diversidade*, especialmente seu desdobramento no campo da diversidade sexual e de gênero, que quero tomar como foco de análise. Tomo esse caminho especialmente para mostrar, a partir de seu percurso de constituição e sedimentação, como essa expressão *diversidade*, ao beber de fontes cujas águas eram uma teoria e uma política identitárias, possibilitou a emergência, no contexto brasileiro, de uma relação até então inédita entre Estado e movimentos sociais. Esta relação balizou não só as ações de Estado no que se refere à demanda de direitos civis e jurídicos reivindicados por determinadas camadas populacionais, mas também as formas de se pensar e regulamentar os projetos e os currículos educacionais, bem como as políticas públicas de saúde e outras áreas que vigoraram nos últimos anos, ao menos até 2015. Além disso, eu arriscaria apostar que essa junção entre *identidade* e *diversidade* acabou, de certo modo, contribuindo para criar uma aproximação entre Estado e movimentos sociais que se pautou, em grande medida, em uma ideia de lei, princípio, código (como diz Foucault na epígrafe acima) e na lógica essencializadora e excludente de determinados grupos sociais. Com essa estratégia, deixou-se de lado, nas escolhas de ação política, inclusive de boa parte dos movimentos sociais, caminhos que talvez pudessem arriscar constituir outras formas de luta, mais próximas de um trabalho ético/estético de si, como nos diz Foucault em seus últimos escritos.

Desse modo, é no contexto de emergência da noção de diversidade, associada a uma teoria e a uma política identitárias, que os problemas de gênero e de sexualidade se inscreveram na ordem

das retóricas de respeito e tolerância e nas políticas de inclusão da diversidade sexual e de gênero nos últimos anos. Relativamente recentes, portanto, essas políticas se inseriram, da forma como as percebo, na dimensão de uma governamentalidade neoliberal, que promoveu formas de regulação das condutas dos sujeitos LGBT (SIERRA, 2013), bem como estratégias de captura e de condução da conduta de determinadas subjetividades de gênero e de sexualidade dissidentes.

Com base nesse argumento, o que proponho, nesta reflexão, é caracterizar alguns marcos que instituíram e sedimentaram os discursos sobre a diversidade em solo brasileiro, em grande parte dos casos atrelados a formas de governo<sup>1</sup> da população LGBT. Diante das conquistas e políticas inclusivas, especialmente no campo da educação e saúde, que marcaram os governos no Brasil entre 2002 e 2015 — e mesmo, também, diante dos avanços em termos de garantia de direitos conquistados no âmbito do poder judiciário nos últimos anos —, esses discursos, ao meu ver, promoveram, em concomitância a essas inegáveis conquistas (não se trata de negar os avanços obtidos no período), um processo bastante homogeneizador dos corpos, das práticas e dos prazeres dissidentes.

O objetivo é, portanto, dentro desse quadro analítico, problematizar como se constituiu entre 2002 e 2015, ou até o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (podemos tomar esse fato como um marco divisório), o que chamo de *parceria entre Estado e movimentos sociais*<sup>2</sup>, especialmente o LGBT, de modo a caracterizar como essa relação — mesmo diante de ações promovidas por uma relativa abertura do Estado para o diálogo com os movimentos sociais — produziu formas de governo dos sujeitos LGBT no contexto brasileiro<sup>3</sup>.

Com essa circunscrição espaço-temporal proposta acima, é que busco pensar, então, as relações entre essas duas esferas (Estado e movimentos sociais LGBT) durante esse período. Além disso, busco refletir sobre os avanços e as limitações dessas políticas em relação aos discursos contemporâneos de tolerância e inclusão da diversidade sexual e de gênero, como forma, inclusive, de tentar entender como desse contexto pode ter emergido muito do ultraconservadorismo do nosso tempo presente.

## A diversidade como um imperativo no Brasil

Surgida nas décadas finais do século passado, a partir das lutas étnico-raciais americanas e dos processos migratórios que ex-colônias promoviam em suas ex-metrópoles europeias, a noção de diversidade passará não só a empreender uma construção política pela luta por reconhecimento de grupos marginalizados, como também passará a produzir uma teoria voltada aos processos de harmonização social, não raras vezes, inclusive, apelando para categorias como “humanismo”, “generosidade” e “tolerância”. Em vista disso, esses apelos à diversidade se inscrevem nos marcos históricos que têm a ver com o processo de constituição dos movimentos sociais que começam a eclodir na década de 1960 do século passado, cujo grande representante, nessa época, foi o movimento feminista de segunda onda<sup>4</sup> e suas teorizações em torno do conceito de gênero. É a partir desse momento que os reclames multiculturais<sup>5</sup>, que forjam a base das retóricas da diversidade nos anos 2000, começam a se firmar como possibilidade de dar visibilidade a camadas populacionais até então invisibilizadas, discriminadas e violentadas por sua condição de classe, por sua condição de raça e etnia e, principalmente, por sua condição de gênero e sexualidade. Uma visibilidade, contudo, incapaz, na maioria das vezes, de tensionar as relações de poder estabelecidas, já que essa

noção de “[...] diversidade trabalha com uma ideia de poder horizontal, por isso eu gosto do mote popular que define o multiculturalismo como ‘cada um no seu quadrado’, porque ele traduz, ironicamente, como isso visa manter as relações de poder intocadas” (MISKOLCI, 2012, p. 51).

A noção de diversidade ou multiculturalismo surge, portanto, no contexto dos movimentos liberacionistas do fim do século passado, tanto feministas como homossexuais, que desenvolviam suas lutas em torno da ideia de que era preciso romper com os processos repressivos que determinadas camadas elitizadas impunham contra grupos marginalizados pela sua condição de gênero/sexualidade. Além disso, essas lutas pela liberação sexual apontavam para a necessidade de operar uma mudança de foco importante, isto é, deixar de pensar a homossexualidade como doença, como uma produção do discurso médico-psi, que havia produzido o homossexual como um personagem, como uma espécie (FOUCAULT, 2001), para tomá-la como uma categoria política disposta a reivindicar seus direitos até então negados. Não é à toa que, nessa mesma época, cada vez mais os termos *gay* e *lésbica* passam a ser utilizados como forma de mostrar a negação dos discursos médicos/jurídicos, bem como para visibilizar uma condição que não era mais a de doente, de objeto do conhecimento, mas, sim, de sujeitos dispostos a estabelecer sua posição na ordem social.

Ser gay ou lésbica era uma questão de orgulho, não de patologia; de resistência, não de auto-ocultação. Enquanto a liberação das mulheres desafiava as construções dominantes da feminilidade como algo inferior, passivo e secundário, a liberação gay contestava a representação de desejos e relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo como não naturais, desviantes ou incompletos (SPARGO, 2006, p. 26).

Esse processo de desnaturalização da homossexualidade, bem como essa força política em despatologizá-la que esses movimentos liberacionistas dos anos 1960 e 1970 articularam foram, sem dúvida, muito importantes no combate contra as formas de violência de gênero/sexualidade, bem como para o redimensionamento da visibilidade gay e lésbica. Esses movimentos de liberação homossexual, assim como os movimentos de liberação feminista, conseguiram impor uma crítica aos regimes conservadores da sociedade, bem como construir uma luta contra a compulsoriedade do sistema sexo/gênero (RUBIN, 1993), sob a qual estavam subjugados. Logo depois, ao filiarem-se mais proximamente de uma abordagem etnicista (SPARGO, 2006), esses movimentos passarão a disputar um posicionamento social como grupo minoritário que, na luta pela igualdade de direitos, trabalharão para conseguir legitimação (de suas identidades) e legalidade (de suas práticas). Para esses movimentos, portanto, “sair do armário” era fundamental para mostrar o orgulho de ser gay ou lésbica, bem como para afirmar suas identidades diante da sociedade. O movimento homossexual setentista convidava, assim, ao *outing*<sup>6</sup> tão bravamente gritado nos megafones da época. O *outing* era um gesto contra o tão condenado *closet*<sup>7</sup> de homossexuais que, por diferentes motivos, preferiam omitir sua orientação sexual ou, como diria Sedgwick (1990), omitir uma vida vivida nessa ambivalência, nessa espécie de jogo duplo, vida dupla. Para homossexuais, fazer o *outing* era, portanto, um gesto político e uma estratégia de militância muito importante, já que reforçaria a afirmação de sua identidade (ou gay, ou lésbica, ou bissexual naquele momento; mais tarde, também, ou travesti, ou transexual) e marcaria sua posição como sujeito de direito diante da esfera social e do Estado. É como se, ao “revelar-se” gay ou lésbica e, conseqüentemente, assumir uma identidade, esse sujeito se inscrevesse no campo dos direitos, já que passaria, ao menos, à condição de corpo decifrável, reconhecível, interpretável, governado e, com isso, mais aceito socialmente.

Esses movimentos liberacionistas todos que impuseram, de certa forma, uma identidade gay e lésbica pasteurizadas em um estilo de vida *clean*, saudável, honrado, em grande medida voltado para o mercado e os bens de consumo, bem como para reivindicação de pertencimento à esfera de direitos, até então, de exclusividade de heterossexuais (como o casamento, por exemplo), criaram disputas internas em vários grupos homossexuais bastante acentuadas. Criticados por sua excessiva ênfase em um modelo de luta higienizado por uma representação majoritariamente formada por homens brancos, de classe média e com formação acadêmica, esses movimentos passaram a ser alvo de críticas por outros grupos que não se reconheciam nesse modelo proposto. Lésbicas masculinas, gays afeminados, travestis, sadomasoquistas e toda sorte de outras dissidências de gênero e sexuais que começam a aparecer em concomitância com o surgimento da AIDS, nos anos 1980, provocaram rachaduras no movimento homossexual, o que abriu pelo menos dois caminhos. Um primeiro caminho foi o de pulverizar ainda mais os processos de identificação e de criação de novas identidades, cada uma reivindicando especificidades e lutando para garantir seu espaço no campo dos direitos. Um segundo caminho foi o de, a partir dessa divergência interna do movimento homossexual dos anos 1970, abrir a chance para que novas formas de luta política e de produção teórica pudessem surgir, apontando para outras direções menos essencializadoras e identitárias. O pensamento *queer*, tanto como teoria quanto como luta política surge desse segundo caminho, conforme sugere David Halperin.

Desplazar la posición del “homossexual” de objeto a sujeto ofrece a las lesbianas y los gays un nuevo tipo de identidad sexual, caracterizada por su falta de contenido claro. El sujeto homossexual ahora puede proclamar una identidad sin esencia. Hacer esto es invertir la lógica del suplemento y hacer uso del espacio vacío dejado por la evacuación del contenido contradictorio e incoherente del “homossexual”, con el objetivo de ocupar una posición que se diferencia con la norma. La identidad (homo)sexual puede ahora constituirse no como una sustancia sino como una oposición, no por lo *que* es sino por el *lugar* que ocupa y el *modo* en que opera. Aquellos que ocupan deliberadamente una posición marginal, que asumen una identidad sin esencia, exclusivamente posicional, no son hablando propiamente gays, sino *queers* (HALPERIN, 2007, p. 82-83).

Mesmo que, conforme descreve Halperin, com o tempo essa mudança de pensamento na forma de conceber a identidade gay e lésbica tenha possibilitado a emergência de um posicionamento *queer*, no Brasil, paradoxalmente, essa mesma mudança foi responsável em criar mais recentemente uma “nova” identidade, que alguns chamam de “os *queers*”<sup>8</sup> em contraposição a gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais etc. “Os *queers*” seriam, então, aqueles que se denominariam (ou que são denominados) como contrários à política identitária implementada pelo movimento LGBT. Essa oposição entre *queers* e identitários, do ponto de vista político, acabou gerando consequências desastrosas, tanto no que se refere a uma absorção equivocada do pensamento *queer*<sup>9</sup> (seja teoricamente ou politicamente) por parte não só da militância LGBT, mas também da própria Academia, como no que tange à impossibilidade de conjunção de esforços que mirassem efetivamente os reais inimigos da causa LGBT contemporânea<sup>10</sup>.

De qualquer maneira, é com a poeira deixada por esse panorama das lutas pela liberação sexual, bem como pelo esforço em constituir gays e lésbicas como sujeitos de direito, que a expressão *diversidade* chega em terras brasileiras nos anos 1990 e se sedimenta mais fortemente a partir

dos anos 2000. De lá para cá, esse apelo à diversidade não deixa mais de povoar nossos espaços discursivos de uma maneira bastante insistente e onipresente.

Não estou sugerindo, contudo, que esses apelos à diversidade e, conseqüentemente, às suas formas de inclusão, não tenham surtido, de alguma forma, efeitos no combate às formas de violência, promovidas inclusive pelo Estado, como o racismo, o machismo, a LGBTfobia. Evidentemente que pensar em termos de diversidade, ou da inclusão de sujeitos da diversidade já é, em alguma medida, avançar contra o processo de violência histórica pela qual determinados grupos sociais passam/passaram, por exemplo. Isso é um fato. Todavia, para entender esse modelo de inclusão, em sua sutileza e estratégia, é preciso “[...] se afastar das investidas revolucionárias, individualistas liberais e salvacionistas/libertadoras que determinam muitos dos discursos que constituem o campo das ciências humanas” (LOPES, 2011, p. 284). Nesse sentido, o que o trabalho intelectual exige é problematizar aquilo mesmo que tomamos como avanço para que, em uma espécie de gesto contra nós mesmos, possamos apontar as limitações de uma determinada ideia, bem como arriscar propor caminhos alternativos frente ao conforto e à segurança que, geralmente, nos imobiliza e nos impede de pensar de forma diferente.

Diante das reivindicações político-sociais de grupos que começam a se organizar em torno das causas identitárias que marcarão as décadas finais do século XX, como explicitiei anteriormente, é que o Brasil começa a presenciar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais saindo às ruas e reclamando para si e para o grupo com o qual diziam se identificar uma série de direitos civis e jurídicos<sup>11</sup>. O Movimento Homossexual Brasileiro<sup>12</sup> — hoje organizado em diferentes segmentos — convencido da necessidade de firmar tais posições identitárias, levará a cabo seus projetos de consolidação de uma política de identidade ao longo das últimas quatro décadas, já que nesse contexto

[...] cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas racistas aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como *políticas de identidade* — uma identidade para cada movimento (HALL, 2001, p. 45).

Segundo Facchini (2005), essas ações do Movimento Homossexual Brasileiro podem ser agrupadas da seguinte forma: uma “primeira onda”, na década de 1970, tem a ver com as lutas, as marchas e passeatas contra o autoritarismo, o sexismo, a desigualdade de gênero e a repressão sexual, bem como contra os projetos sociais do Estado que sempre ignoraram esses grupos historicamente silenciados. São representantes dessa fase o grupo *Somos de Afirmação Sexual*, de São Paulo, bem como o jornal *Lampião da Esquina*, do Rio de Janeiro, que se constituem, no rastro das reivindicações políticas feministas, nas experiências iniciais de organização social e política em defesa dos direitos de homossexuais no Brasil. “Como as feministas, os homossexuais aproveitaram o mesmo ‘espaço de oportunidade’ no intuito de lançar as fundações para a construção de um movimento gay” (GREEN, 2000, p. 395). Depois desse primeiro momento, temos, na década de 1980, uma transformação do Movimento Homossexual Brasileiro, muito em função da epidemia de AIDS que trouxe visibilidade pública à homossexualidade e deflagrou, no país, o debate em torno do tema, além, é claro, de produzir uma série de bens e serviços destinados à população homossexual. É nesse contexto que surge, por exemplo, o *Grupo Gay da Bahia – GGB*, dentre outros.

A partir dos anos 1990<sup>13</sup>, o movimento homossexual cresce e, em 1995, com objetivo de reunir esses diferentes grupos que passam a representar segmentos específicos da população homossexual, é criada a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), cuja principal intenção, no início, era organizar as entidades ativistas de gênero e orientação sexual do Brasil e celebrar encontros anuais desses grupos. Mais tarde, a APOGLBT (Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo) organizará a primeira Parada do Orgulho GLBT em São Paulo, como forma de dar mais visibilidade à cultura homossexual e às conquistas dos movimentos sociais.

A partir dos anos 2000, o movimento homossexual brasileiro se desdobra em diferentes grupos (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais), cujo foco passa a ser demandas específicas de cada um desses segmentos. Começa a acontecer a radicalização das políticas identitárias de gênero e sexuais no Brasil, com a criação de diferentes grupos sociais, cada um deles representando uma determinada identidade da população homossexual e representados por uma sigla específica, inicialmente GLBT e, mais recentemente, LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). A partir daqui, sedimenta-se, sob a denominação genérica de *diversidade sexual e de gênero*, distintas identidades que se inserem, é possível assim chamar, nas recentes “políticas de inclusão dos anormais” (VEIGA-NETO, 2001, p. 105).

Desse momento em diante, reforça-se a parceria entre Estado e movimentos sociais que passam a ser chamados a exercer papel de consultores do Estado na criação e consolidação de políticas públicas. Essa parceria entre Estado e movimentos sociais começa a se formar ainda em governos anteriores, mas se consolida mesmo no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que cria a Secretaria de Políticas para as Mulheres<sup>14</sup> e a Secretaria de Direitos Humanos<sup>15</sup>, bem como implementa, com a ajuda do movimento LGBT brasileiro, o programa Brasil sem Homofobia. Essa nova parceria passa, a partir de então, dar a tônica a todas as ações de combate ao preconceito e violência de gênero e sexual e consolida, no cenário brasileiro, políticas específicas dirigidas a grupos organizados em torno de uma identidade. Tais políticas vão desde campanhas de prevenção contra DST e AIDS, formuladas pelo departamento de AIDS, DST e Hepatites Virais, do Ministério da Saúde, com assessoramento dos grupos LGBT, até programas e ações de Estado de combate à homofobia, tanto na esfera social como educacional.

Começam a surgir, desde então, cada vez mais ONGs de cidadania, de direitos humanos, de prevenção de DSTs e AIDS, de combate ao preconceito e violência de gênero e sexual, bem como órgãos de Estado, tanto em esfera Estadual como Federal, dedicados a pensar projetos e políticas LGBT, seja no campo social e político, seja no campo educacional. Nesta última década consolida-se, também, a Parada LGBT de São Paulo como a maior do mundo, bem como explodem Paradas do Orgulho LGBT por todo território nacional. E, em 2008, acontece a I Conferência Nacional LGBT, com o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”.

Em função de todos esses acontecimentos, os últimos anos começam a presenciar um debate maior e uma visibilidade mais insistente da diversidade sexual e de gênero no noticiário brasileiro, nas nossas telenovelas, nos filmes, nas revistas, nos anúncios publicitários, no universo da moda, no mercado de trabalho, no debate religioso, nas regulamentações e programas educacionais, enfim, naquilo que se constitui em tópico de discussão no cotidiano das pessoas, ou seja, a diversidade sexual e de gênero passa a ser um imperativo a ser buscado.

Obviamente que toda essa exposição e visibilização traz consigo também consequências reversas, como o aumento dos discursos de ódio contra as pessoas LGBT, por exemplo. Uma reação à ação, eu diria. Arriscaria argumentar, portanto, que justamente — e paradoxalmente — a mesma visibilidade promovida pela parceria entre Estado e movimentos sociais que contribuiu para os significativos avanços dos últimos anos no campo dos direitos LGBT, especialmente no campo da educação e da saúde, também pode ter sido, de algum modo, responsável pela implementação das sofisticadas estratégias de governo da população LGBT e de seu apaziguamento, o que acabou, de certa forma, abrindo caminho para o recrudescimento do discurso ultraconservador e fundamentalista que temos assistido atualmente. Em grande parte, houve uma certa acomodação dos próprios movimentos sociais, em função daquilo que havia sido pactuado com o Estado. Tal acomodação à lógica do poder fez com que parte dos movimentos sociais acreditasse que não era mais preciso exercer seu papel de pressionar e reivindicar, a ponto de o governo ceder e abrir várias concessões, no Congresso Nacional, para as bancadas ultraconservadoras e fundamentalistas, especialmente as evangélicas. O caso do projeto “Escola sem Homofobia”, que ficou conhecido como “Kit Gay”, é um exemplo fundamental dessas concessões, momento em que a Presidenta Dilma Rousseff, pressionada, retira o projeto da pauta. De certa forma, não foram criadas as devidas dificuldades para aqueles contrários às causas LGBT em um momento crucial, o que pode ter contribuído para abrir, a partir daí, as condições de possibilidade para a emergência de proposições que supúnhamos já terem sido enterradas, como “Ideologia de Gênero”, “Escola Sem Partido” etc. Disso tudo até o ápice desse recrudescimento ultraconservador, materializado na eleição de 2018, que elegeu um Presidente da República declaradamente defensor dos discursos fundamentalistas, racistas, homofóbicos/transfóbicos e contra os direitos de minorias, não demorou a tardar. As consequências disso tudo, estamos vivendo agora.

## Da parceria entre Estado e movimentos sociais no Brasil de 2002 a 2015

Seria preciso supor, ao contrário da interpretação oposicionista entre Estado e sociedade civil, uma outra que considerasse as formas de governo típicas do neoliberalismo. Se, como diz Foucault, não pensar em termos de uma oposição entre Estado e sociedade civil se torna indispensável no contexto da governamentalidade neoliberal, seria possível, portanto, estabelecer o que tenho chamado de *parceria entre Estado e movimentos sociais*, no caso brasileiro, como um exemplo dessas técnicas de governo em que se pode governar menos para governar mais (FOUCAULT, 2008a; 2008b). Ao juntar-se com os movimentos sociais e com eles desenvolver táticas de governo mais eficientes e produtivas, a partir de um custo menor, o Estado deixa de ser o único responsável pelos padrões comportamentais das pessoas, cabendo ao mercado e às relações econômicas encarregarem-se também dessa tarefa. Assim, a parceria entre Estado e movimentos sociais opera justamente no âmbito da produção de subjetividades, a partir da descentralização de suas operações e de sutis estratégias de governo econômico que exortarão a liberdade, a livre iniciativa, a meritocracia, a igualdade de direitos, a cultura de paz como elementos fundantes para a inclusão dos sujeitos da diversidade sexual e de gênero<sup>16</sup> na lógica social e educacional neoliberal. Vejamos, por exemplo, os excertos<sup>17</sup> abaixo:

A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais [...] (BRASIL, 2004, p. 11).

[...] promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira (BRASIL, 2004, p. 12).

Somando-se a essas ações, o Conselho Nacional de Imigração (CNI) editou, em 2003, resolução administrativa por meio da qual o Brasil passou a reconhecer, para efeito de concessão de vistos, a união de pessoas do mesmo sexo, desde que comprovada a união estável (BRASIL, 2004, p. 13).

[...] enquanto existirem cidadãos cujos direitos fundamentais não sejam respeitados por razões relativas à discriminação por: orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso ou opinião política, não se poderá afirmar que a sociedade brasileira seja justa, igualitária, democrática e tolerante (BRASIL, 2004, p. 13-14).

Apoiar a produção de bens culturais e apoio a eventos de visibilidade massiva de afirmação de orientação sexual e da cultura de paz (BRASIL, 2004, p. 24).

[...] estabelecer e manter uma política inclusiva em relação aos homossexuais, garantindo, assim, a promoção de um contexto de aceitação e respeito à diversidade [...] (BRASIL, 2004, p. 27).

A prática sexual entre adultos do mesmo sexo é um direito de foro íntimo [...] (BRASIL, 2008, p. 4).

[...] entres as quais vale citar a inclusão de demandas das lésbicas nas políticas de saúde da mulher e o processo transexualizador, em avançada fase de inclusão entre os procedimentos rotineiros do SUS [...] (BRASIL, 2008, p. 17).

Nesse sentido, propõe-se a inclusão efetiva da comunidade GLBT nas ações institucionais que amparam, protegem e concedem direitos [...] (BRASIL, 2008, p. 25).

O fato é que, garantindo-se amplo acesso aos direitos civis da população LGBT, promovendo a conscientização dos gestores públicos e fortalecendo os exercícios de controle social (BRASIL, 2009, p. 7).

Promover os direitos fundamentais da população LGBT brasileira, de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 2009, p. 10).

[...] promover a cidadania, com respeito às diversidades (BRASIL, 2009, p. 11).

A população LGBT deve ser considerada como sujeito de direito e sujeito político (BRASIL, 2009, p. 11).

[...] assegurar a inclusão do recorte de orientação sexual e identidade de gênero [...] (BRASIL, 2009, p. 15).

Políticas de trabalho dirigidas para lésbicas, mulheres bissexuais, travestis e transexuais [...], a inserção no mercado de trabalho [...] (BRASIL, 2011, p. 5).

[...] com foco nas pessoas trans, respeitando questões de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, étnicas, de cor/raça e juventude do campo, pessoas com deficiência, classe, região, grupos historicamente vulneráveis no que tange à qualificação e inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2011, p. 14).

Incluir nos programas de facilitação ao primeiro emprego e estágio remunerado a população LGBT [...] (BRASIL, 2011, p. 16).

Os excertos acima podem ser tomados como uma pequena amostra dessa operação de governo dos sujeitos LGBT que, sob os reclames de respeito, tolerância e inclusão, constroem uma generalidade de difícil contestação. Parte de um consenso geral, esses reclames de respeito, tolerância, cultura de paz e inclusão pouco espaço deixam, especialmente aos olhares mais ingênuos, para uma problematização de suas estratégias de captura e controle, bem como de sua interface mais cruel: seduzidos pelas garantias oferecidas em termos de direitos e de inclusão na esfera social e educacional, por exemplo, esses olhares menos sutis deixam escapar as violentas estratégias de homogeneização cultural e viabilização moral e econômica, pelas quais esses mesmos sujeitos LGBT precisam se submeter para acessar o universo inclusivo que lhes fora prometido. Cruel porque é um jogo que cria um paradoxo do qual é difícil escapar, isto é, ao mesmo tempo em que esses reclames de respeito, tolerância, cultura de paz e inclusão dão certa segurança e inserem uma população historicamente violentada pelo preconceito e pela negação de direitos no mundo do trabalho e do consumo, nas redes sociais, na escola, eles também operam estratégias de exclusão de outras formas de vida que, em função de seus corpos, práticas e prazeres abjetos e ininteligíveis, ficarão impossibilitadas de acessar esses mesmos direitos. Mais que tentar solucionar esse paradoxo, meu objetivo aqui é apontar suas nuances e seus efeitos pouco explorados (mas nem por isso pouco sentidos por inúmeras vidas) para pensar formas de contorná-lo, de dar a volta nele, de tangencialmente rasgar suas tramas, a fim de tensionar suas operações e curto-circuitar, ao menos em parte, seus efeitos. Assim, cabe perguntar: mas que efeitos são esses produzidos pelo paradoxo da inclusão da diversidade sexual e de gênero? Esses reclames de inclusão, que se dizem para todos, deixam de lado quem, por um motivo ou outro, não ajusta seus corpos, práticas e prazeres às normas de gênero e sexuais — que, no limite, são a referência fundante no processo de condução das condutas das pessoas.

É com essa tônica, portanto, que foram produzidos os documentos acima de onde trago apenas alguns excertos como ressonância à problematização que aqui proponho. Tais documentos reivindicados pelos movimentos sociais e autorizados pelo Estado operam, na ânsia de promover suas medidas de inclusão, a favor da criação de mecanismos de exclusão de outros modos de vida por meio de um apagamento da dimensão do conflito e de um silenciamento das vozes dissonantes. Além disso, esses documentos operam no sentido de promover um esquecimento das vidas consideradas abjetas e que desestabilizam o terreno tão bem pavimentado pela parceria entre a militância LGBT e o Estado.

Falo aqui em militância LGBT por acreditar que o que presenciamos nos últimos 13 anos em termos de ações políticas desenvolvidas por parte do movimento LGBT brasileiro, se aproxima muito mais de uma ideia de militância que de ativismo. Nesse sentido, alinho-me com a distinção que Veiga-Neto (2012) faz entre esses dois termos. Partindo da metáfora da “casa” criada por Bachelard, o autor dará argumentos bastante significativos e consistentes para mostrar a necessária decantação entre as noções de “análise” (o porão da casa) e “agência” (o sótão da casa). Apesar de complementares e de certo modo dependentes, essas noções não podem ser tomadas como sinônimos, uma vez que delas emergem problematizações distintas.

Nesse sentido, Veiga-Neto (2012) diz que a militância está mais para a agência, enquanto que o ativismo está mais para a análise. Ou, ainda, melhor: se, por um lado, o agenciamento for destituído de boa fundamentação (entendida aqui no curso dos acontecimentos históricos e, portanto, marcada pela provisoriade), ele não passará de pura militância que, tal como qualquer ação militar, estará sempre baseada na automação e na obediência externa. Se a analítica, por outro

lado, encerra-se em si mesma, aí o que teremos é apenas suposição vazia. Diante disso, para Veiga-Neto — com quem concordo — o que importa, inclusive, como intelectual, não é um interesse “[...] pela *militância* como simulacro da *actio militaris*, mas, sim, por um *ativismo*, aqui entendido como um fazer consequente, uma prática refletida que visa à transformação, um agenciamento que sempre recorre ao porão em busca de fundamentação” (VEIGA-NETO, 2012, p. 272).

Com essa preocupação em mente é que, ao problematizar as ações do movimento LGBT brasileiro no período aqui analisado, especialmente naquilo que tem a ver com sua parceria com o Estado, percebo uma proximidade muito mais latente, por parte de seus representantes e de suas estratégias de luta, de uma ideia de militância do que a de ativismo, já que

[n]ão cabe aos militantes ficarem questionando continuamente o ideário que norteia suas ações; eles devem é seguir, junto com seus pares, as ações e os preceitos já desenhados por alguns poucos. Sendo assim, no limite, a prática militante faz um uso de segunda mão da teoria. Não é que não haja teoria que sustente a *actio militaris*; ela existe, mas foi traçada antes e por outros (VEIGA-NETO, 2012, p. 273).

Em vista desse fato, a ideia de militância aproxima seus representantes da lógica disciplinar, que impõe limites não só no que se refere à constituição do que podem ou não podem ser identidades viáveis, como também no que tange ao posicionamento dessas identidades no jogo de interesses estabelecido pela parceria com o Estado. Na contramão dessa experiência de luta, o ativismo se colocaria em um outro patamar, em que essa experiência coletiva esvaziada fosse substituída por um trabalho individual, cujo compromisso ético/estético envolvesse um trabalho relacional com os outros e consigo mesmo. Individual, aqui, não tem a ver com esse individualismo neoliberal que aí está, ele não é da ordem da celebração do “eu” e de sua suposta automação. Ao contrário disso, individual, nessa concepção, remete a um trabalho ascético, um exercício de autotransformação necessário capaz de provocar mudanças em si mesmo e também nos outros. Isso, ao meu ver, poderia servir para um redimensionamento do próprio movimento LGBT, não no sentido de abandonar a dimensão da militância, pela qual é possível o combate de certas formas de violência e o asseguramento de direitos historicamente negados, mas no sentido de agregar novas possibilidades de luta e de ação política que não pressupusessem, para se consolidar como tal, a anulação da experiência de outros modos de viver a vida, desencartados da previsibilidade identitária.

Se a relação com o Estado nos últimos 13 anos possibilitou, por um lado, uma série de conquistas no campo dos direitos civis e jurídicos (abrindo caminhos para uma reconfiguração de como os sujeitos LGBT eram percebidos e encarados socialmente, bem como oportunizando sua inclusão no campo das políticas públicas de educação e saúde), essa parceria produziu, também, por outro lado, em função de um certo comodismo, um tipo de luta atrelada a relações hierárquicas (quando não racistas e transfóbicas) muito fortemente estabelecidas no interior dos próprios movimentos sociais. Essa hierarquia de que falo, fundada em uma ideia de coletividade que, em sua própria forma, acaba por desenvolver um ideário bastante homogeneizador, foi absorvida por alguns grupos quase sempre sem questionamento teórico, o que gerou, inclusive, disputas internas<sup>18</sup> que só forneceram ainda mais insumo para o ultraconservadorismo do tempo presente. Tal reação elegeu não só o Presidente da República, mas também governadores, senadores e deputados alinhados a uma lógica ultraconservadora e fundamentalista, contra direitos humanos e liberdades individuais, que há muito tempo o país não vivia.

Arrisco dizer, portanto, que a parceria de outrora, inscrita em marcos que instauraram no cenário brasileiro os reclames de tolerância, sujeito de direito e inclusão, desfez-se agora. E mesmo que esses marcos de inclusão identitária, em alguma medida, tenham provocado algum deslocamento na forma como grupos minoritários, como o LGBT, eram vistos na sociedade — a despeito das formas de condução da conduta produzidas nesse processo — nem esses marcos existem mais. Vivemos, agora, já um outro momento, de completa interrupção do diálogo, cujos efeitos de suspensão na ordem do debate das questões de gênero e sexualidade, mas também de raça, classe, deficiência, meio ambiente, migração já estamos experimentando. Se antes tínhamos como tarefa teórica e política questionar os discursos de tolerância e inclusão que sustentam a noção de diversidade sexual e de gênero, apontando seus limites no âmbito da reivindicação por direitos — afinal, como ativistas e acadêmicos tínhamos esse compromisso —, hoje temos que lidar com questões anteriores, que supúnhamos ingenuamente estarem superadas e que dizem respeito a esse levante ultraconservador e violento, promovido por diferentes instâncias, desde políticos com vinculação a determinados fundamentalismos religiosos, até uma classe média branca cisheterossexual que se percebeu perdendo privilégios e se revolta, agora, com as poucas, lentas e duramente conquistadas políticas dos últimos anos.

Talvez pudéssemos pensar, diante disso tudo, que as estratégias de luta que constituímos nos últimos anos estiveram situadas muito mais próximas de uma lógica de controle sobre o outro, de instrumentalização política — e, em alguma medida, policialesca — do outro, do que de formas de ação que visassem, a um modo foucaultiano, a transformação de si e do outro por meio da busca de outras dimensões éticas e estéticas de se fazer — e agir na — política. E, porque não dizer, na própria vida.

## Referências

- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Diretrizes da 2ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2011.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Texto-base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.
- CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil Contemporâneo. *Bagoas*, Natal, v. 4, n. 5, p. 131-147, 2010.
- DAL'LGNA, Maria Cláudia. *Família S/A: um estudo sobre a parceria família-escola*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro. Garamond, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. v. 1.
- FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. *Revista Verve*, São Paulo, n. 5, p. 260-277, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HALPERIN, David. *San Foucault: para uma hagiografia gay*. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2007.
- LOPES, Maura Corcini. Norma, inclusão e governamentalidade neoliberal. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 283-298.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- MACHADO, Cristina Gomes. *Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos: reflexões *queer* sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro. *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011. p. 37-56. (Coleção Cult).
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.
- RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle Aina; HALPERIN, David (ed.). *The lesbian and gay studies reader*. New York: Routledge, 1993. p. 3-44.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemology of the closet*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- SIERRA, Jamil Cabral. Entre a Teoria Queer e o cinismo: Gilda e a queerização da vida. In: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir (org.). *Desfazendo gênero: arte, desejo, processos de subjetivação*. Natal: EDUFRN, 2015. p. 227-253.
- SIERRA, Jamil Cabral. *Marcos da vida viável, marcas da vida vivível: o governo da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- SPARGO, Tamsim. *Foucault e a Teoria Queer*. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34.
- VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 267-282, maio/ago. 2012.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (org.). *Habitantes de Babel*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.

## Notas

<sup>1</sup> A expressão “governo” está sendo usada aqui na acepção que propõe Veiga-Neto (2002), justamente para marcar a distinção que Foucault faz entre o que são instâncias administrativas de governo e ações de governar. Desse modo, quando falo em “governo”, ou “práticas de governo” é para indicar que “[...] não são ações assumidas ou executadas por um *staff* que ocupa uma posição central no Estado, mas são ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social; por isso soa bem mais claro falarmos em práticas de governo” (VEIGA-NETO, 2002, p. 21).

<sup>2</sup> A noção de parceria entre Estado e movimentos sociais foi desenvolvida no âmbito da minha tese de doutorado (SIERRA, 2013), a partir da distinção que Maria Cláudia Dal'Igna (2011) faz entre os termos “aliança” e “parceria”. Ao estudar as relações entre escola-família, a autora nos oferece uma sólida argumentação sobre a necessidade de distinguir tais termos. Para Dal'Igna, “aliança” poderia ser entendida como uma forma de relacionamento mais associada à Modernidade, enquanto “parceria” teria mais a ver com um tipo de relação tipicamente da contemporaneidade. Enquanto no primeiro caso, o tipo de união envolveria uma ação para garantir um determinado objetivo, no segundo a relação se estabeleceria, sobretudo, para gerenciar riscos.

<sup>3</sup> Tenho proposto, também, mais recentemente e para além desse artigo, entender o que se projeta a partir da interrupção do processo democrático no país, pós *impeachment*, bem como que contornos a relação entre Estado e movimentos sociais ganha agora — já que tal parceria, na atualidade, foi desfeita.

<sup>4</sup> A respeito desses diferentes momentos do feminismo, cabe assinalar que “será no deslocamento da assim denominada ‘segunda onda’ — aquela que se inicia no final da década de 60 — que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero” (LOURO, 1998, p. 15).

<sup>5</sup> No Brasil, um dos trabalhos com essa perspectiva que se dedicou a tratar o multiculturalismo como algo capaz de promover valorização cultural, bem como “reconhecer a coexistência enriquecedora da diversidade”, foi o de Machado (2002).

<sup>6</sup> O termo *outing* (“sair do armário”, como ficou conhecida a expressão em português) começou a ser usado nos anos 1970, nos Estados Unidos, como forma de chamamento de homossexuais a abandonarem o *closet* (armário), como estratégia política e de militância. O filme *Milk* (2008), de Gus Van Sant, mostra bem esse momento da história da militância homossexual americana. Mais informações sobre o filme disponíveis em: <http://www.imdb.com/title/tt1013753/>. Acesso em: 15 ago. 2017.

<sup>7</sup> O termo *closet* (armário) começa a ser usado também nos anos 1970, nos Estados Unidos, para se referir a homossexuais que, de alguma forma, ou para algumas pessoas, escondiam sua orientação sexual, fazendo-se passar por heterossexuais.

<sup>8</sup> Para uma análise sobre a disputa identitários x *queers*, ver também Miskolci (2011).

<sup>9</sup> Uma análise mais detalhada de como surge e se desenvolve o pensamento *queer*, a partir desse contexto de ruptura do movimento gay dos anos 1970, bem como dos riscos de transformar o *queer* numa identidade, ver Sierra (2013; 2015).

<sup>10</sup> Falo, aqui, mais especificamente, de uma série de investidas contra os sujeitos LGBT que têm partido, por exemplo, da igreja católica e, sobretudo, de igrejas evangélicas, representadas no congresso nacional por seus parlamentares e que insistentemente, em associação com o pensamento mais reacionário que esse país pode produzir, têm combatido com ódio e terror toda e qualquer ação promovida não só pelo movimento LGBT organizado, como também por outras esferas da sociedade em geral.

<sup>11</sup> Sobre o processo de luta por direitos homossexuais no Brasil, ver Carrara (2010).

<sup>12</sup> Na época, conhecido pela sigla MHB.

<sup>13</sup> É importante salientar que após a crise da AIDS nos anos 1980, que fez diminuir consideravelmente o número de grupos homossexuais no Brasil, os anos 1990 reabrirão o processo de consolidação de grupos homossexuais que, aos poucos, passam a se constituir “[...] em torno da noção de identidade gay já corrente nos Estados Unidos” (NUNAN, 2003, p. 110).

<sup>14</sup> A Secretaria de Políticas para as Mulheres foi criada em janeiro de 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, continuou no governo da Presidenta Dilma Rousseff, mas foi extinta no governo do Presidente Michel Temer.

<sup>15</sup> A Secretaria de Direitos Humanos (SDH) já existia desde 1997, porém com o nome de “Secretaria Nacional dos Direitos Humanos – SNDH”, dentro da estrutura do Ministério da Justiça. É só em 2003, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que a SDH é alçada à condição de Ministério. Nessa época, seu nome era “Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República”. Só em 2010, por meio de medida provisória, é que a secretaria passou a ter esse nome. Mais tarde, essa secretaria é extinta no governo do Presidente Michel Temer que, só após muita manifestação contrária ao fim das políticas na área dos direitos humanos, recria o órgão com o nome de Ministério dos Direitos Humanos.

<sup>16</sup> Evidentemente que falo aqui da inclusão dos sujeitos da diversidade sexual e de gênero na lógica neoliberal em função do tema desse artigo. Contudo, penso que essas mesmas táticas de governo interceptam outras experiências tidas como de minoria que, no âmbito das políticas de inclusão e do sujeito de direito, também se ajustam nesse contexto. A exploração disso demandaria novas pesquisas a serem feitas.

<sup>17</sup> Trago aqui, em função do limite de espaço estabelecido para este artigo, apenas uma pequena parte de excertos, cujo material completo se encontra disponível para consulta em Sierra (2013).

<sup>18</sup> Obviamente que, ao dizer isso, não proponho buscar coerência ou querer universalizar uma luta que é e sempre será marcada por pautas de grupos distintos que precisam ser respeitadas.

**Data de recebimento: 28/02/2019**

**Data de aprovação: 30/09/2019**